



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202040600658	Distribuição: 19/06/2020
Número Único: 0024830-59.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: ERINALDO DIAS OLIVEIRA

Endereço: RUA H

Complemento:

Bairro: SANTO ANTONIO

Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49060000

Requerente: Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE

Requerido: SEGURADORA LÍDER

Endereço: Rua Senador Dantas

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

19/06/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600658, referente ao protocolo nº 20200619142902494, do dia 19/06/2020, às 14h29min, denominado Procedimento Comum, de Acidente de Trânsito, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE

**ERINALDO DIAS OLIVEIRA**, brasileira, casada, vigilante, portadora do RG 3.235.719-2, inscrita no CPF: 020.195.805-86, residente e domiciliada na Travessa 553, Santo Antônio, Aracaju/SE, CEP 49000-000, por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA**

em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

#### **I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

A parte autora é hipossuficiente, labora como armador, é pessoa humilde, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça.

#### **II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 29 de outubro de 2018, conforme consta no registro de ocorrência policial, sofreu acidente de trânsito quando pilotava sua motocicleta pela faixa da esquerda da Avenida João Ribeiro, sentido Leste/Oeste, quando o veículo Chevrolet/Prisma, que trafegava na faixa da direita, resolveu convergir à esquerda, sem sinalizar e sem observar o fluxo de veículos que trafegavam pela via; que colidiu na lateral esquerda do carro. Em razão da colisão o condutor da moto perdeu o controle e foi ao chão. Do evento restou lesões no demandante consideravelmente graves no pé direito que necessitam de perícia médica para análise da gravidade.

**Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, tudo em virtude da gravidade dos ferimentos.**



Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido cadastrado conforme o **protocolo de entrega de documentos em anexo**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada pela seguradora que seu pedido de indenização fora cancelado em virtude de *“ter sido identificado que do acidente não resultaram sequelas permanentes”*, sendo então necessário a realização de perícia para tal constatação.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da



invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a



complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

#### Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

**Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.**

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### 3.2 DA POSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO CASO DE PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO

A negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, é aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Cite-se os dispositivos da lei 6.194/74 e que claramente dão amparo à pretensão autoral:



Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).

Ainda, cite-se SUMULA 257 DO STJ:

*A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.*

Ademais, cite-se entendimento do R. Tribunal de Justiça deste Estado:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO





*DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).*

Ante todo o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

#### IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

4.4.1. Que se declare devido à parte autora o pagamento da indenização do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após **realização de perícia médica.**

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT - INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após realização de perícia técnica.



4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

Termos em que,  
pede deferimento.

Aracaju/SE 19 de junho de 2020

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior  
OAB/SE 11.154



## **PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

**OUTORGANTE: ERINALDO DIAS OLIVEIRA**, brasileira, casada, vigilante, portadora do RG 3.235.719-2, inscrita no CPF: 020.195.805-86, residente e domiciliada na Rua A, 439, bairro Sanatório, Aracaju/SE, CEP 49000-000, Constituo e nomeio-os bastantes procuradores:

**OUTORGADA: EDNALDO BEZERRA DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SE 11.154 e **JOÃO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA**, brasileiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/PI 13.646, com endereço profissional na Av Augusto Maynard, 554, Sala 101; Pavimento 02, São Jose, Aracaju, SE, CEP 49015380.

**OBJETO:** representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, incluindo **AÇÕES INDENIZATÓRIAS**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, bem como em **SEGURADORAS**, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do artigo 105 da Lei nº: 13.105/2015.

Aracaju/SE, 06 de Março de 2020.

(OUTORGANTE)

CEP 49061-085

ANTONIA DA CONCEICAO DIAS OLIVEIRA  
TRAV. H. 0553/ - SANTO ANTONIO  
ARACAJU / SE CEP. 49000000 (AG. 1)

Emissao: 07/02/2019 Referencia: Fev / 2019  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 5 - 1 - 540 - 3690 Nº medidor: N5032381544

**energisa**

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA  
Rua Min. Apolônio Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13-017.462/0001-63 - Insc. Est. 270.767.436  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 010.801.550  
Cód. para Déb. Automático: 00002078335

**Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

**Conta referente a**

Fev / 2019

**Apresentação**

07/02/2019

**Data prevista da próxima leitura**

11/03/2019

**CPF/ CNPJ/ RANI**

361.615.865-68

Insc. Est.:

**UC (Unidade Consumidora):**

**3/207833-5**

**Canal de contato**

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
10/01/19	1575	07/02/19	1660	1	85	28

Demonstrativo									
CC	Descrição	Quantidade	Valor	Base Calc.	Alíq. (R\$)	Base Calc.	Pis (R\$)	Cofins (R\$)	
		Tributos Totais (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS	Fie/Cofins (R\$)		(0,7130%)	(3,2839%)
0801	Consumo em kWh	85,000	2.724,320	81,58	81,58	25	15,39	81,58	0,43 2,02
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0904	JUROS DE MORA 01/2019		0,40	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 01/2019		1,32	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CC	Código de Classificação do Item	TOTAL	63,28	81,58	15,39	81,58	0,43	2,02
----	---------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

**Média Últimos meses (kWh)**

80

**VENCIMENTO**

**14/02/2019**

**TOTAL A PAGAR**

**R\$ 63,28**





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025040/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 14/11/2018 09:39 Data/Hora Fim: 14/11/2018 09:54  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 29/10/2018 06:00

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)  
Logradouro: Avenida João Ribeiro

Bairro: Santo Antonio  
Nº: 1032-1154  
CEP: 49 060-280

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ERINALDO DIAS OLIVEIRA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Aracaju Sexo: Masculino Nasc: 15/10/1984  
Profissão: Vigilante  
Estado Civil: Casado(a)  
Nome da Mãe: Antonia da Conceição Dias Oliveira Nome do Pai: Eronildes Francisco de Oliveira

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 020.195.805-86

Endereço

Município: Aracaju - SE  
Logradouro: Rua A  
Bairro: Sanatório  
Telefone: (79) 98818-2207 (Celular)

Nº: 439

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Placa QMD8490

Ano/Modelo Fabricação 2018/2018

UF Veículo Sergipe

Marca/Modelo HONDA/CG 160 TITAN

Veículo Adulterado? Não

Situação Envolvido

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Número do Chassi 9C2KC221UJR024950

Cor Preta

Município Veículo Aracaju

Modelo HONDA/CG 160 TITAN

Quantidade 1 Unidade

Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Marco Antonio Cruz Dantas  
Data de Impressão: 14/11/2018 09:55  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025040/2018

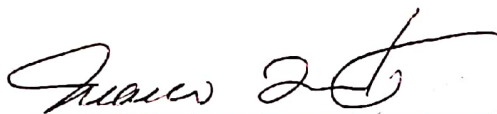
Nome Envolvido	Envolvimentos
Enaldo Dias Oliveira	Proprietário
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
Placa IAJ0881	Número do Chassi *****7832
Ano/Modelo Fabricação 2010/2009	Cor Preta
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Aracaju
Marca/Modelo GM/PRISMA MAXX	Modelo GM/PRISMA MAXX
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	

Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Proprietário

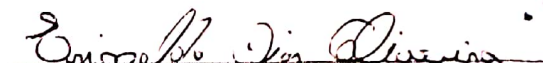
## RELATO/HISTÓRICO

RELATA O COMUNICANTE QUE PILOTAVA A SUA MOTOCICLETA PELA FAIXA DA ESQUERDA DA AVENIDA JOÃO RIBEIRO, SENTIDO LESTE/OESTE, QUANDO O VEÍCULO CHEVROLET/PRISMA, QUE TRAFEGAVA NA FAIXA DA DIREITA, DA REFERIDA AVENIDA, RESOLVEU CONVERGIR A ESQUERDA, SEM SINALIZAR E SEM OBSERVAR O FLUXO DE VEÍCULOS QUE TRAFEGAVAM PELA VIA; QUE COLIDIU NA LATERAL ESQUERDA DO CARRO, O QUAL TENTAVA CONVERGIR NO LOCAL PROIBIDO; QUE FOI SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAMINHADO AO HUSE, ONDE FOI DIAGNOSTICADO COM MÚLTIPLAS FRATURAS NO PÉ DIREITO.

## ASSINATURAS



Marco Antonio Cruz Dantas  
Responsável pelo Atendimento



Enaldo Dias Oliveira  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poerei responder civil e criminalmente pela presente declaração que de origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Marco Antonio Cruz Dantas  
Data de Impressão: 14/11/2018 09:55  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.235.719-2 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 30/08/2010

NOME ERIVALDO DIAS OLIVEIRA

FILIAÇÃO ERIVALDES FRANCISCO OLIVEIRA

NATURALIDADE ANTONIA DA CUNDEIRO DIAS OLIVEIRA

ARACAU-SE DATA DE NASCIMENTO 15/10/1984

DOC ORIGEM CT. NASCIM. NR 18.062 LV A17 FL 119

CPF CARTÓRIO 6 OFÍCIO DIST. COM. ARACAU-SE

PS 020.195.805-86

ASSINATURADO DIRETOR

PTS 12785487/3

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TERMINO GERAL 15/08/83

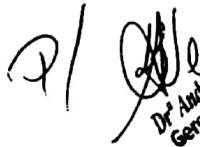
**RELATÓRIO 01556 / 2018 REFERENTE À OCORRÊNCIA**

**NÚMERO: 1810290156 / ESUS – SAMU**

O SAMU 192 SERGIPE foi acionado às 06h00min do dia 29 de Outubro de 2018, para atendimento de vítima identificada como **Erinaldo Dias Oliveira**, com relato de **colisão carro x moto**, no Bairro Santo Antônio, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para o **Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE** do município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 05 de Novembro de 2018

  
Dr. Andrea Izmir Bastos Paiva Neto  
Gerência de Regulação Médica  
SAMU 192 Sergipe  
COM/SE 4554

**Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes**

**Coordenadora Médica**

**SAMU 192 SERGIPE**



# RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Enivaldo dos Oliveira

DATA DA ENTRADA: 11/10/18

DATA DA SAÍDA: 31/10/18

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ( )

ENFERMARIA ( )

UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito que provocou fraturas do 2º, 3º e 4º metatarsos do pé direito e lesões contusivas e lacerantes do pé esquerdo. Foi tratado com enema no 1º dia de internação. Tratado com analgésicos e antibióticos. Após melhora.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Cartório do 5º Ofício da Comarca de Aracaju

Aracaju, 27 de Junho de 2018 às 11:22h

Certifico que esta cópia confere com o original apresentado. Dou Fé.



Aracaju, 27 de Junho de 2018 às 11:22h

Enivaldo dos Oliveira Souza

Sel. TJSE: 24-10311005176. Acesso: www.tjse.jus.br/42UB160



EXAMES COMPLEMENTARES:

Não foi realizado.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Rodrigo Alencar Junior  
CRM/PE 2592

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO

TRANSFERIDO ( )

ÓBITO ( )

ARACAJU, 28 de

de

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1805207  
CNS:DATA: 29/10/2018  
SETOR: 06-SUTURAHORA: 07:00  
USUARIO: TRSANTOS

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

DOC....: 32387192  
SEXO...: MASCULINO  
NUMERO: 403

NOME : ERINALDO DIAS OLIVEIRA  
 IDADE.....: 34 ANOS  
 ENDERECO.....: RUA A  
 COMPLEMENTO....:  
 MUNICIPIO.....: ARACAJU  
 NOME PAI/MAE...: ERONILDES FRANCISCO OLIVEIRA /ANTONIO DA  
 RESPONSAVEL...: TRAZIDO PELO SAMU - CUNHADA - ISLLY  
 PROCEDENCIA...: SANTO ANTONIO  
 ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)  
 CASO POLICIAL...: NAO  
 ACID. TRABALHO: NAO

BAIRRO: SANTO ANTONIO

UF: SP

CEP....: 49000-000  
CONCEICAO DIAS OLI  
TEL....: 7998877107  
8PLANO DE SAUDE....: NAO  
VEIO DE AMBULANCIA: SIM

TRAUMA: SIM

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
 [ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

## DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Paciente vítima de colisão moto-carro há cerca de 01 hora. Trazido pelo SAMU sob protocolo de imobilização. Refere dor em pé direito, nexo algia medicamentosa e comorbidades. (A) Uiso veres perússos, coluna cervical sem dor, edema e (B) MV+ um AHT, sem RA. (C) BRNF em 2T sem sopros, FC = 92 bpm. (D) Glasgow 15.  
 (E) Abdomem e pulmões sem alterações, presença de lesões cortis contusas e de ANOTACOES DA ENFERMAGEM: limitação de movimento em pé direito e dor em

Naõ foi feito medicaçao no SAMU.  
 Naõ possui consciencia por lesao.

Coluna torácica.

## DIAGNOSTICO:

CID:

## PRESCRICAO

## HORARIO DA MEDICACAO

① Dipirona 0.2ml + 18ml AD, EV

② Cetoprofeno 100mg + 100ml 5F0.9%, EV

③ Raio X de Torax em AP

④ Raio X panorâmico de pelve

⑤ Raio X de pé direito com 2 posições e tornozelo

⑥ Raio X de coluna torácica e lombosacra em AP.

⑦ Avaliação do Ortopedista

DATA DA SAIDA:

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO

[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
 INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS

[ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATC

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

EXAME L:

REALIZADO:

AS

29/10/18

HORAS

Segurança

HUSE  
 ELETROCARDIOGRAMA  
 EXAMES(S) REALIZADO(S)  
 DATA: 29/10/18  
 HORARIO: 10:40h  
 TECNICO: ADRIANO



HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo...: 180830  
Numero do CNS.....: 200273369930006  
Nome.....: ERINALDO DIAS OLIVEIRA  
Documento.....: 32357192      Tipo :  
Data de Nascimento: 15/10/1984      Idade: 34 anos  
Sexo.....: MASCULINO  
Responsavel.....: ERONILDES FRANCISCO OLIVEIRA  
Nome da Mae.....: ANTONIA DA CONCEICAO DIAS OLIV  
Endereco.....: RUA A 00403  
Bairro.....: SANTO ANTONIO      Cep.: -  
Telefone.....: 000007988771078  
Município.....: 2800308 - - SE  
Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA      No. do BE: 1805207  
Clínica.....: 940 - PS VERDE TRAUMA I  
Leito.....: 999.0033  
Data da Internacao: 30/10/2018  
Hora da Internacao: 07:01  
Medico Solicitante: 004.230.565-90 - MARTHA REBECA BARRETO SILVA  
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
Identif. Operador.: LVBATISTA

INFORMACOES DE SAUDE

Proc.Realizado:  
Dt.Hr Saida:  
Especialidade:  
Tipo de Saida:  
CID Principal:  
CID Secundario:  
Principal:  
Secundario:  
Outro:

*Alto*  
*31-10-18*

*Manoel*  
*28-1-19*

Fratura luxação 1º art. tarsometatarsiano e fratura de metatarso 1º D.

PRONTO SOCORRO ADULTO	PRESCRIÇÃO MÉDICA
HUSE	

Nome: Emeraldo Dias Uliana Idade: 34 Data: 29/10/18

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
		1) Repouso no leito	
		2) Dieta livre	
		3) Ureodolise	
		4) Analgésico 2:8cc AD, EV 6/6h	16 18 20 08
		5) Analgésico EV 8/8h	16 20 08
		6) Keppa 10, EV 8/8h (10-13)	16 20 12
		7) Plavix 2:8cc AD, EV (50)	
		8) Amik 2:18cc AD, EV 12/12h	20 08
		9) SFO, 9:1000mg EV 24h	16 11
		10) SU+CO 6/6h	

Dr. Marília Barreto  
Ortopedia Traumatologia  
CRMES 9174



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE  
**ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA**  
PRESCRIÇÃO EVOLUÇÃO DIÁRIA

DIH: 2 29

DATA: 30/10/2018. CORREDOR: catástrofe (orto) central

NOME: Evivaldo May Oliveira LEITO: 35 A VT 1

DIAGNÓSTICO(S): FRATURA 2º, 3º, 4º c/3cm fratura de 1º luxação 1º pd/5º pd  
Evolução do período passado: fratura

Hoje: Evolução, 1º, 2º, 3º, 4º, fratura na zona proximal de D  
fratura no fêmur

Solicitações:

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta RICA EM FIBRA + H2O	
2º. SOL.FISIOLOGICA 0,9% 500 ML EV 8/8 HS	SOL SOL SOL
3º. KEFLIN 1G EV 6-6HS OU KEFAZOL 1G EV 8-8HS	10 10 10
4º. GENTAMICINA 240MG /200ML EV 1X AO DIA	10 10 10
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD-EV ou Paracetamol 30gts VO 6/6hs	10 10 10
6º. Nausebron 8mg EV 08/08hs SOS	SOS
7º. Omeprazol 40mg VO às 6hs OU ANTAK 150 VO 12-12HS	10 10
8º. Tramal 50mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs	SOS
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs	10 10
10º. Captopril 25mg Sub lingual se PAS > 180 mmHg ou PAD > 100 mmHg	SOS
11º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	10
12º. GLICEMIA CAPILAR 3x ao dia (anotar) -NÃO-	6hs: 14hs: 22hs:
13º Insulina Regular SC, após o GLICEMIA CAPILAR 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
14º. Curativos Diários 1x dia COM SF 0,9% VO DE D → NA ORTOLIA POIS HOUVE RIDEPARTUR	
15º GLICOSE 50% 4 AMPOLAS EM 250ML SF 0,9% EV SE GLICEMIA CAPILAR MENOR OU IGUAL A 70MG-DL	
16º FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATORIA	
17. MEDIDAS ANTI ULCERA DE PRESSAO	
18. MANTER MEMBRO FRATURADO ELEVADO	
19. LAVAGEM INTESTINAL COM 500ML SOL GLICERINADA: GOTA /GOTA	SOS

20. LUFTAL 25 GOTAS VO 8-8HS

21. CLONAZEPAM GOTAS : 10 GTS VO A NOITE

22. RISCO CIRURGICO COM A CARDIOLOGIA (sem efeito)

31/10/18

DR. JOAO FRANCISCO BC ARAUJO CRM 2801 TEOT 5508 ORTOPEDIA CLINICA

Dr. Rodrigo Alencar Santos  
MB. Ortopedia e Traumatologia  
CRMSE 5592



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação  
Hospitalar  
de Saúde

Nome do Paciente: <u>Eunaldo Dias Oliveira</u>	Idade:	Sexo:
Unidade de Produção: <u>UIPC</u>	Leito: <u>29</u>	Nº do Prontuário:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
<u>30/10/2018</u>		Paciente admitido às 18:00h, procedente do Cade-Teruma, em maca, acompanhado por mãe e acompanhante, calmo, consciente, orientado, eupneico, acianótico, em uso de oxigenoterapia por veis periféricas, saturação: PA-140x90x60, segue em observação, <u>Leito</u>
	20:00	Paciente em leito calmo, consciente, reorientado, em uso de oxigenoterapia por veis periféricas, saturação: PA-140x90x60, segue em observação, <u>Leito</u>
	22:00	pac. medicado de 100mg. Tm. 140x90x60
	24:00	pac. medicado de 100mg. Tm. 140x90x60
<u>31/10</u>	04:00	pac. medicado de 100mg. Tm. 140x90x60
	06:00	pac. medicado de 100mg. Tm. 140x90x60
	08:00	Paciente no leito, LOTE, UG em PA, eufórico, 0 pontos PA-120x80x60 FC 80bpm em uso de ACP em MSD com medicação de 100mg <u>alga</u>
	10h	Realizado curativo em MSD + medicação de 100mg
	12h	Realizado medicação de 100mg <u>Nga</u>





# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Página nº 1

Nome do Paciente: Erinaldo Dias Oliveira


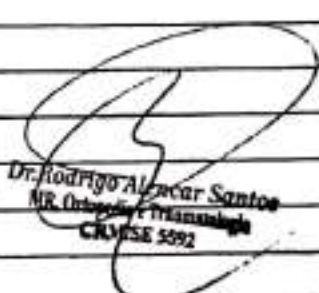
Idade: 34

Sexo: M

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
29/10/18		Paciente internado para tratamento cirúrgico de fratura de metacarpo do pé direito.   Dr. Marinha Barreto Ortopedista Traumatologista CRM-SE 3174
31/10/18		Osteotomia Paciente Estável, sem alterações no comento FO: Limpa, sem secreções ou sinais flogísticos. CO: Alta C/ Recém, Atendidas e Curadas   Dr. Rodrigo Alencar Santos MR. Ortopedista Traumatologista CRM-SE 5592



## RELATORIO MEDICO



NOME: Camalão dos Santos

DIAGNOSTICO: Luxação do 1º Tarsometatarsiano

Frnt no 2º 3º e 4º Metatarsianos

DATA DA INTERNAÇÃO: 29, 10, 18

PROCEDIMENTO (S) E DATA (S):

Redução da luxação 29, 10, 18

Redução fechada e Imobil 1, 11, 18

DATA DA ALTA HOSPITALAR: 31, 10, 18

### ORIENTAÇÃO MÉDICA

1º. REPOUSO EM CASA E MANTER MMII ☒ OU ( ) MMSS ELEVADOS.  
2º. CURATIVOS DIÁRIOS EM POSTO DE SAÚDE E RETIRAR OS PONTOS APÓS 20 DIAS DO PÓS - OPERATÓRIO.

3º. LIGAR PARA 3216-2600 OU 3216-2603 PARA MARCAR O RETORNO NUMA

15 0195 ONDE HOUVER VAGA, NO AMBULATÓRIO DA ORTOPEDIA.

Dr. Antônio Cabral

A 3234-3412 ARACAJU, 31 de 10 de 18

MÉDICO

Dr. Rodrigo Alencar Santos  
MR. Ortopedia e Traumatologia  
CRM/SE 5592



NOME: CRINALDO DIAS OLIVEIRA

DIAGNOSTICO: LUXAÇÃO DO 1º CARPO

Fratura do 2º, 3º e 4º CARPIS

DATA DA INTERNAÇÃO: 29, 10, 18

PROCEDIMENTO (S) E DATA (S):

Redução da luxação 29, 10, 18

Redução fechada e imobil 1, 1, 1

1, 1, 1

DATA DA ALTA HOSPITALAR: 31, 10, 18

ORIENTAÇÃO MÉDICA

1º. REPOUSO EM CASA E MANTER MMII ☒ OU ( ) MMSS ELEVADOS.

2º. CURATIVOS DIÁRIOS EM POSTO DE SAÚDE E RETIRAR OS PONTOS APÓS 20 DIAS DO PÓS - OPERATÓRIO.

3º. LIGAR PARA 3216-2600 OU 3216-2603 PARA MARCAR O RETORNO NUMA 60

15 0195 ONDE HOUVER VAGA, NO AMBULATÓRIO DA ORTOPEDIA.

Dr. Antônio Cabral

A 3234-3412 ARACAJU, 31 de 10 de 20 18

MÉDICO

Dr. Rodrigo Alencar Santos  
MR. Ortopedia e Traumatologia  
CRM/SE 5592

## ATESTADO MÉDICO

isto para os devidos fins que o Sr. (ª)

Caroline Dias Lima

sendo neste serviço, necessita afastar - se de suas atividades por 30 dias,

AGNOSTICO:

Luxação do 1º Pômetro, 2º  
Fraturno do 2º, 3º e 4º Pômetro.

CID: 592

ARACAJU,

31

de

10

de 20

18

Dr. Rodrigo Alencar Santos  
MR. Ortopedia e Traumatologia  
CRMSE 5592

MÉDICO



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## ATESTADO MÉDICO



isto para os devidos fins que o Sr. (a) Carla dos Reis Oliveira

sendo neste serviço, necessita afastar-se de suas atividades por 02 dias.

AGNOSTICO: Luxação do 1º Pómetar (D)  
Fratura do 2º, 3º e 4º Pómetar (D)

CID: S92

ARACAJU, 31 de 10 de 2018

Dr. Rodrigo Alencar Santos  
MR. Ortopedia e Traumatologia  
CRMSE 5592

MÉDICO



D



PE 73.8 %  
HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE  
NOME: ERINALDO DIAS OLIVEIRA - MATRICULA: 1805207 - NASCIMENTO : 15/10/1984  
CONVENIO: SUS - SETOR: SUTURA

PE  
DATA DO EXAME : 29/10/2018 10:17:12

PE 73.8 %  
Técnico: EDILZA/MARCOS



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

24/06/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

26/06/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19. A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori. Pois bem. As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc). Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a razoável duração do processo, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes. A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada. A manutenção do feito suspenso até o retorno pleno das atividades judiciárias (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da audiência preliminar de conciliação, discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo. Não se está fazendo aqui tábula rasa das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado. No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realiza

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600658 - Número Único: 0024830-59.2020.8.25.0001

Autor: ERINALDO DIAS OLIVEIRA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a ***razoável duração do processo***, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois “*justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada*”.

A ***manutenção do feito “suspensão”*** até o retorno pleno das atividades judiciais (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da audiência preliminar de conciliação, ***discrepa, a mais não poder,***



*da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual*, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui “*tábula rasa*” das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se a parte ré para contestar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1. Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

4. As partes deverão informar, a autora, no prazo de cinco dias, e a ré, no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos, telefones e se dispõem de acesso à internet, possibilitando a realização da audiência de conciliação ou de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 25 de junho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 26/06/2020, às 20:15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001162867-53**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

16/07/2020

**MOVIMENTO:**

Citação Eletrônica

**DESCRIÇÃO:**

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.<br>[...]Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências: 1. Cite-se a parte ré para contestar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1. Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2. Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). 4. As partes deverão informar, a autora, no prazo de cinco dias, e a ré, no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos, telefones e se dispõem de acesso à internet, possibilitando a realização da audiência de conciliação ou de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.[...]

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

16/07/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202040600658

**DATA:**

21/07/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 21/07/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 16/07/2020, às 04:25:02.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não